

A CONFIGURAÇÃO DO LATIFÚNDIO NO BRASIL À ÉPOCA DA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA.

Rodolfo de J. Chaves¹

1-INTRODUÇÃO

A reflexão que faremos nas próximas linhas surgiu de nossa inquietação diante da questão agrária nacional. Nosso esforço caminhou no sentido de compreender como em um país de grandes proporções territoriais, como é o caso do Brasil, existe pessoas passando fome na miséria devido a falta de terra para produzir e, ao mesmo tempo, mantém uma estrutura fundiária caduca e que tem sido motivo de diversos conflitos e conseqüentes assassinatos² no campo? Registramos que diversos intelectuais e cientistas sociais³ se debruçaram sobre essa problemática urgente e aparentemente insolucionável, sendo assim existem várias interpretações e encaminhamentos já produzidos que tentam superar essa enorme contradição na qual nos defrontamos. Mas infelizmente esta realidade é tão complexa que, passados séculos de nossa colonização, ainda persistem estruturas arcaicas em nosso campesinato que merecem serem estudados.

Diante desse quadro, propomos fazer uma análise dos primórdios da ocupação territorial promovida pelos europeus na chamada América Portuguesa. Para tanto, estaremos imbuídos teoricamente do materialismo como ferramenta de análise histórica do fenômeno investigado. Colocamos como tarefa o estabelecimento de um diálogo entre o entendimento que o filósofo alemão Karl Marx teve sobre a ascensão do capitalismo com alguns interpretes marxistas brasileiros sobre o processo de colonização e as origens históricas das desigualdades no meio rural. É preciso frisar que este exercício que faremos é importante, mas insuficiente para explicar a totalidade que envolve os problemas agrários do Brasil.

¹ Mestrando em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. E-mail: rodolfo_x2002@yahoo.com.br

² Segundo levantamento que fizemos na internet, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) contabiliza 412 assassinatos no campo brasileiro apenas no último decênio de 1998-2008. As informações podem ser consultadas no site: <http://www.cptnac.com.br/?system=news&action=read&id=2787&eid=6>

³ Dentre os inúmeros trabalhos e autores que tratam da questão agrária brasileira, os textos da década de 1960 produzidos pelos membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB) merecem destaque. Principalmente o debate travado entre eles devido à discordância entre a estrutura fundiária nacional polarizada no modo capitalista ou feudal de produção. Vamos trabalhar com dois desses autores, Caio Prado Júnior, que defendia a idéia de nossa estrutura ser capitalista e Alberto Passos Guimarães cuja tese afirma que nosso modelo de desenvolvimento agrário advém da estrutura feudal. Apesar de ser um aspecto importante para compreender a questão agrária atual, não é nosso objetivo neste texto fixar neste debate.

Voltar neste passado distante é uma maneira de entender parcialmente as origens da exclusão daquela que hoje chamamos classe trabalhadora.

Voltar ao passado significa também desmistificar toda uma construção histórica que foi produzida de forma equivocada. A exemplo disso, a falsa idéia de que o modo de produção capitalista é filho das cidades e, portanto, gestou do ventre da indústria moderna. Conforme constatou Ellen Meiksins Wood (2001, p.04) “Uma das convenções mais arraigadas da cultura ocidental é aquela que associa capitalismo a cidades. O capitalismo supostamente nasceu e cresceu nas cidades.”, esta associação carregada de intencionalidade garantiu e ainda garante que no imaginário popular a ascensão do modo de produção capitalista esteja ligada a uma noção de progresso e desenvolvimento. Omitiram-se *as origens agrárias do capitalismo*, pois, para seu próprio sucesso, não seria interessante associá-lo à violência, exploração e rapinagem, como de fato ocorreu.

Ao falar das origens - e quero fazer aqui um parêntese - torna-se inevitável não recordar da advertência feita pelo historiador francês Marc Bloch (2001) quando afirmou em um de seus textos que os historiadores tem uma verdadeira *obsessão das origens*, ele nos chama a atenção e com razão pois essa busca das origens em todos fenômenos antepassados com frequência se resumiu “a explicação do mais próximo pelo mais distante [que] dominou nossos estudos e às vezes até à hipótese” (BLOCH, 2001, p.56). Esse, digamos, vício que os cientistas carregam consigo não é de todo condenável, porém é preciso estar atento porque conforme Bloch (2001, p. 58) tentou nos alertar, por si só *o conhecimento de seus primórdios não basta para explicá-los*. Para encerrar este parêntese, queremos deixar claro que o retorno as origens o qual faremos não tem a mesma finalidade que o historiador francês está advertindo, ou seja, não buscaremos as causas em nosso passado colonial para compreender o processo de exclusão de maneira mecânica e anacrônica.

2-ACUMULAÇÃO E TRANSIÇÃO NA EUROPA

As transformações ocorridas no velho mundo durante o período que ficou conhecido por “mercantil” foram analisadas por Karl Marx (1980) durante o século XIX. Ao fazer sua crítica à economia política, ele salienta a importância que essas mudanças tiveram para o processo de transição do modo feudal de produção até a consolidação do modo de produção capitalista. De fato, conforme Marx demonstrou, estes fatos isolados não possuem

sentido explicador, porém ao estudá-los organicamente percebemos o quanto influenciaram e foram decisivos para aquela transição.

Devemos chamar a atenção para um aspecto fundamental que deve ser colocado em destaque, qual seja, tais transformações não surgiram do nada, de repente ou de forma misteriosa. Todo esse movimento que levou a transição se arrastou durante séculos até ruir por volta do século XV. Desde o surgimento da burguesia comercial, os interesses da ordem feudal começaram a serem colocados em xeque. O choque entre os interesses dessa burguesia em ascensão com os interesses dos senhores feudais tem longa data e foi apenas um dos elementos que colaboraram para o fim da sociedade feudal.

Como é sabido, o modo feudal de produção estava assentado na organização do trabalho servil, não havia a noção moderna da propriedade privada da terra, a produção estava voltada para a subsistência havendo em algumas regiões produção com excedente que era trocado por outras mercadorias, a divisão do trabalho ainda era limitada a certas categorias como a divisão do trabalho por gênero, e não devemos esquecer que os trabalhadores (camponeses) tinham um vínculo extremamente forte com a terra onde trabalhava. Todo esse modelo transformou-se drasticamente no processo que Marx chamou de “acumulação primitiva”, redesenhando a organização econômica, política e social da Europa naquele período.

E quais foram as transformações?

A primeira delas, que Marx dedicou atenção foi a necessidade do divórcio entre o trabalhador e os meios de produção (neste caso o principal meio era a terra). Segundo o filósofo alemão essa separação proporcionou uma dupla realização favorável ao surgimento do capitalismo: primeiro porque fez a expropriação da terra e colocou gratuitamente nas mãos do capitalista para que desenvolvesse sua indústria, e em segundo porque ao camponês expropriado não restou mais nada além de sua força de trabalho a ser vendida a recente indústria que se desenvolvia. Aqui temos um aspecto capital para a nossa análise, pois o surgimento do modo de produção capitalista pressupunha uma maior concentração de terras que saiu das mãos de alguns senhores feudais e passaram para as mãos de uns poucos capitalistas, e nas relações de trabalho retirou o já miserável meio de sustento do camponês forçando-o a vender seu trabalho ao preço que o capitalista desejasse pagar.

Em resumo, Marx (1980, p. 830) considera que

A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista.

Assim Marx entende que a base de todo o processo de acumulação e transição se repousa na expropriação do camponês, este saiu de sua condição de servo e foi obrigado a tornar-se um proletário vendendo a última coisa que lhe restava, sua força de trabalho. Todo esse processo que consiste na origem de acumulação de capitais não se desenvolveu pacificamente, o uso da violência foi uma prática freqüente durante todo esse processo e como assinalou Karl Marx (1980, p. 830), “a história da expropriação que sofreram foi escrita a sangue e fogo nos anais da humanidade”.

Importante frisar que todas essas alterações não foi obra pura e estritamente dos capitalistas burgueses que estavam em ascensão, o Estado real, a Igreja Católica e as instituições políticas e jurídicas tiveram um papel central na criação de mecanismos primeiramente “legais” e em seguida repressivos para empreender a expulsão do camponês das terras. Enxotados da terra, os camponeses foram substituídos por milhares de ovelhas que forneciam matéria-prima para as primeiras manufaturas, daí que as primeiras indústrias européias a serem desenvolvidas provinham da produção de tecidos.

Soma-se a esses acontecimentos outro importante daquela época que serviu de alavanca para impulsionar as expropriações, trata-se da Reforma Religiosa que teve seu início no século XVI e a crise do catolicismo na Europa. Como a maior parte do patrimônio da Igreja era em terras, adquiridas muitas vezes através de acordos promíscuos com os reinados, essa instituição religiosa passou a perder o domínio dessas propriedades com o surgimento do protestantismo. Logo os camponeses que trabalhavam nas terras da Igreja também se viram expulsos, restando-lhes uma única alternativa: migrar para as cidades e ser explorado impiedosamente dentro das novas relações de trabalho.

O desencadeamento de fatos tragicamente propiciou as condições oportunas para a edificação sólida do assim conhecido modo de produção capitalista. O fortalecimento de uma elite pouco laboriosa que passou a dominar as relações de trabalho foi uma das conseqüências desse processo de concentração de capitais. Do outro lado, um rápido processo de proletarização do camponês sem precedentes ocorreu de tal modo que o produto dessas transformações foi perceptível com o acirramento dos conflitos e da luta de classes.

De toda essa obra empreendida à época da acumulação primitiva de capital, nos interessa, além do que já foi dito, ainda ressaltar dois pontos significantes. O primeiro

deles está relacionado com os acontecimentos políticos do século XV, a luta travada na península ibérica para expulsar a população árabe resultou na formação do primeiro Estado Nacional naquela região conflituosa, o Estado português. Desse primeiro aspecto importante em nossa análise advém o segundo: com o fim das guerras contra os mouros e a consolidação do Estado Nacional, Portugal teve maior fôlego para lançar-se ao mar na busca de ampliar a acumulação de capitais. É dentro dessa lógica que compreendemos as chamadas “Grandes Navegações” e as descobertas da América Anglo Saxônica, América Espanhola e América Portuguesa. Nos próximos tópicos veremos o que isso representou para esta última parte do continente americano.

3- DESCOBERTAS E COLONIZAÇÕES

Nesta terceira parte de nosso texto vamos buscar compreender qual papel foi reservado para os chamados “novos descobrimentos” pelos europeus, assim como a lógica empreendida no processo de colonização da América Portuguesa. Apesar de termos consciência de que nossos estudos são introdutórios e que necessitaríamos amadurecer teoricamente nossas reflexões, partiremos aqui de uma hipótese preliminar mas que definitivamente é importante anuncia-la pois nos serviu de fio condutor das idéias até o presente momento. Estamos partindo do princípio de que por volta do final do século XVI, a acumulação primitiva de capital no Velho Mundo havia chegado num certo limite nos moldes clássicos da rapinagem (roubos de terras, expropriação dos camponeses e o saque aos trabalhadores), portanto, isto não significou o fim do processo de acumulação, mas estamos confiantes de que uma nova etapa se iniciou naquele momento. Pressupomos ainda que nesta nova etapa o capitalismo necessitou dar um grande salto livre para chegar a um estágio superior do desenvolvimento de suas forças produtivas, e que hoje com distanciamento histórico vemos que a Revolução Industrial atingiu este patamar, contudo acreditamos que este salto contou com bases seguras desempenhando a função de pára-quedas caso o capitalismo fracassasse em sua aventura, na nossa leitura os novos domínios do Além-Mar que os países europeus conquistaram atenderam a função pára-quedas.

Para resgatarmos este antigo debate, retornamos na obra de Caio Prado Júnior (2008), *A formação do Brasil Contemporâneo*, e nela nos apoiaremos para sustentar nossa argumentação. Segundo o historiador brasileiro, no século XVI com a expansão do capitalismo comercial grande parte dos países do Velho Mundo lançaram-se ao mar em busca

de ampliar e dinamizar seus mercados, esse prolongado processo mobilizou grandes contingentes humanos e que para Caio Prado (2008, p.18) resultou em um

Processo que acabaria por integrar o Universo todo em uma nova ordem, que é a do mundo moderno, em que a Europa, ou antes, a sua civilização, se estenderia dominadora por toda parte. Todos estes acontecimentos são correlatos e a ocupação e povoamento do território que constituiria o Brasil não é senão um episódio, um pequeno detalhe daquele quadro imenso.

Certamente essas transformações foram bem mais amplas do que a descoberta e colonização da América Portuguesa, disso não temos dúvida, pois após o século XVI as vidas das populações nativas nos continentes americano, asiático e africano principalmente estavam fadadas ao extermínio ou então submetidas às formas mais cruéis de tratamento.

Com a conquista de novos territórios um aspecto fundamentalmente tornou-se relevante, a ocupação desses novos espaços. Este foi um dos primeiro problemas que a Coroa Portuguesa esbarrou, porque não eram muitos os que quisessem se arriscar neste mundo *perigoso e selvagem*. Além disso, a população européia havia diminuído bastante com as epidemias que retirou a vida de milhares de pessoas. Diante de tais circunstâncias dois fenômenos - que já retratamos no tópico anterior - atuaram como fatores importantes no processo de ocupação territorial na colônia. Um deles foi a Reforma Religiosa que provocou a vinda de vários grupos insatisfeitos ou perseguidos pela Igreja Católica, conforme atestou Caio Prado (2008, p.24) “durante mais de dois séculos despejar-se-á na América todo resíduo das lutas político-religiosas da Europa”. Além disso, existiu outro fator do qual também já tratamos:

Há um fator econômico que também concorre na Europa para este tipo de emigração. É a transformação econômica sofrida pela Inglaterra no correr do século XVI, e que modifica profundamente o equilíbrio interno do país e a distribuição de sua população. Esta é deslocada em massa dos campos, que de cultivados se transformaram em pastagens para carneiros cuja lã iria abastecer a nascente indústria têxtil inglesa. Constitui-se aí uma fonte de correntes migratórias que abandonam o campo e vão encontrar na América, que começa a ser conhecida, um longo centro de afluência. (Ibidem).

Aqui já podemos vislumbrar quem foram os principais europeus que vieram ocupar nosso território. Com eles também vieram padres jesuítas e de outras ordens em missões religiosas não muito pacíficas, aventureiros e vadios de toda espécie, mas o grosso dos que vieram *fazer a América* estavam representados naqueles dois grupos que o historiador nos relatou acima. Muitos vieram porque demonstravam interesse pelas possibilidades de enriquecimento fácil já que havia aqui imensos territórios a serem explorados,

Mas trazendo este agudo interesse, o colono europeu não traria com ele a mesma disposição de pôr-lhe a serviço, neste meio tão difícil e estranho, a energia do seu trabalho físico. Viria como dirigente da produção de gêneros de grande valor comercial, como empresário de um negócio rendoso; mas só a contragosto como trabalhador. Outros trabalhariam para ele. (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 27).

A colonização assumia dessa forma uma conotação particular, empreendida sob a expectativa de um retorno lucrativo àqueles que se arriscavam ao vir para a América ela se processou de maneira a integrar com o comércio europeu bastante rendoso naquele período. Essa característica também figurou na configuração da propriedade privada da terra em nosso continente, conforme verificaremos no próximo tópico. Cabe assinalar que a ambição do colono europeu muitas vezes foi frustrada, quando os mesmos chegando ao Brasil e tomando nota da realidade constatavam que grande parte do que esperavam aqui encontrar era apenas ilusão. Por isso uma saída rápida que o europeu tentou dar para o seu negócio aqui nos trópicos foi articular seus produtos ao mercado comercial da Europa.

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos. (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 29).

Na lógica da acumulação primitiva de capital, a conquista e colonização de várias regiões deram suporte para o pleno desenvolvimento do capitalismo na Europa. Com tarefas bem definidas naquela nova ordem estabelecida, os colonizadores migraram do Velho Mundo e cumpriram seu papel no jogo internacional. Além do mais, forneceu riquezas suficientes para o salto que o capital provou para emergir com sua indústria moderna. Das matérias-primas, como a madeira e a tinta para tingir tecidos, passando pela manufatura da cana-de-açúcar até chegar na extração mineral, onde toneladas de ouro, prata e diamantes foram despejados na Europa, toda obra colonizadora deu amplo suporte para que o capitalismo comercial atingisse um estágio superior e pudesse criar bases sólidas. Enfim, nossa leitura dos acontecimentos até o presente momento procurou mostrar a indissociabilidade da modernização capitalista na Europa com os processos de ocupação e colonização realizadas na América Portuguesa, assim de acordo ainda com Caio Prado Júnior (2008, p.30):

Se vamos à essência de nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É

com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país.

Seria um enorme retrocesso historiográfico desconsiderar todos os estudos mais recentes produzidos que apontam certa autonomia da economia brasileira no período colonial perante a metrópole. Mas ainda assim, acreditamos que essa autonomia era bastante relativa e que, de uma forma ou de outra, ela também acabou servindo para sustentar a farra promovida pelo capitalismo europeu em ascensão. Para concluirmos essa discussão, é importante dizer que com ou sem autonomia pouco se modifica nos rumos da economia européia, já que por autonomia não se pode entender como oposição ao modo de produção que estava em ascensão naquele contexto, o capitalismo.

4 – FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO LATIFÚNDIO NO BRASIL

Todo aquele quadro traçado anteriormente nos fornece indícios do que provavelmente sucedeu na ocupação territorial aqui nos trópicos. Se por um lado, como vimos, o colono europeu que atravessou o Atlântico estava sedento por tirar grandes vantagens e obter notáveis lucros com seu negócio, temos a Coroa Portuguesa de outro que representava uma fidalguia falida que teve privilégios com a aquisição e domínio sobre as maiores extensões de terras aqui conquistadas. Nesse equilíbrio, onde foi preciso garantir a burguesia que financiou grande parte das navegações européias uma participação efetiva nas riquezas de maneira limitada, pois o rei de Portugal colocou nas mãos da fidalguia lusa o poder de controlar as terras. Portanto, a distribuição de terras na América Portuguesa seguiu critérios tradicionais de uma sociedade feudal que se encontrava em decadência na Europa.

O sentido que levou empreender as novas conquistas fora do Velho Mundo, não foi o mesmo dado na ocupação das novas feitorias, de modo que “aos princípios e métodos da conquista, sucediam os princípios e métodos da colonização.” (GUIMARÃES, 1989, p.11). A lógica da acumulação primitiva de capitais que forjou as grandes navegações, abriu caminho para outra lógica que garantisse certa unidade territorial nas mãos de pessoas da confiança da Coroa durante e após o processo de ocupação. As Capitânias Hereditárias e as Sesmarias foram mecanismos seguros para realizar essa tarefa, foi o primeiro passo em direção à concentração fundiária e a origem do latifúndio no Brasil.

A opção de trazer para o *Novo Mundo* formas de organização que estavam sendo superadas na Europa, mostra uma intencionalidade política e combinadamente pelo menos um fator econômico. Do ponto de vista político assegurou o controle virtual sobre o território. Além disso, conforme “(...) a História nos mostra, não só em relação a colonização portuguesa como no que se refere a todas as outras, que as metrópoles exportam para as colônias processos econômicos e instituições políticas que assegurem a perpetuação de seu domínio.” (GUIMARÃES, 2005, p.36). Por sua vez, economicamente garantiu que a transição do modo de produção feudal para o capitalista fosse conduzida com segurança, pois manteve uma base colonial semi-feudal que atendeu as demandas do mercado capitalista que vigorava principalmente na Europa Ocidental. Ainda nesta linha de raciocínio, Alberto Passos Guimarães (2005, p.73) defendeu que

A aristocracia rural constituía, com poucas exceções, os pontos de apoio da Metrópole em sua política de drásticas restrições ao progresso das manufaturas, na supressão dos ofícios, na destruição das fontes de riqueza que pudessem concorrer com a propriedade burguesa na Metrópole. Acentuava-se o monopólio real no mesmo tempo em que aqui aumentava a concentração dos bens de produção nas mãos de uma casta privilegiada. E aí está porque o processo da economia mercantil, em Portugal, refletia-se no Brasil, contraditoriamente, pelo fortalecimento da propriedade agrária feudal.

Isto significou algo que parecia inusitado, a combinação entre uma produção assentada numa estrutura semi-feudal com um mercado cujas principais características se enquadravam na estrutura capitalista. Acreditamos que essa combinação somente foi possível devido a mediação do Estado Real português, que controlava e em certa medida determinava quem teria acesso aos meios de produção na colônia (a terra), qual produto deveria ser produzido para atender certa demanda do comércio internacional e em muitos casos decidia até mesmo o preço dos produtos a serem vendidos. O indiscutível papel do Estado português na organização econômica, política e social da América podem ser confirmados pelos inúmeros documentos do Conselho Ultramarino, ou mesmo em relatos da época de administradores provinciais e de negócios particulares.

A eficiência da Coroa portuguesa somada a interesses da fidalguia lusa possibilitaram o surgimento do latifúndio. Mas é preciso lembrar que a chamada *América Portuguesa* não era um território desabitado, havia populações nativas que foram vítimas de uma brutalidade semelhante ou pior que os camponeses europeus sofreram durante o processo de acumulação. O emprego da força foi indiscriminado, além de desocupar o território era preciso submeter o nativo ao trabalho escravo, de tal forma que “a marcha inexorável da

colonização prosseguia em seu avanço, deixando no rastro o sangue das populações nativas.” (GUIMARÃES, 1989, p.15). A Igreja Católica também deu sua contribuição convertendo a força o gentio selvagem num cristão dócil e submisso as novas relações de dominação.

Evidentemente que os portugueses não criaram nada de excepcional no que diz respeito ao método que empreendeu para administrar seus domínios colônias, a exceção de algumas adaptações promovidas para atender a nova ordem que estava se estabelecendo na Europa, praticamente copiaram o modelo centralizado da experiência feudal no Velho Mundo e tentaram aplicá-la aqui no Brasil. Segundo Aberto Passos Guimarães (2005, p.43),

A ordem feudal vigente na sociedade portuguesa de 1500 tinha sua base interna no monopólio territorial. E como a terra era, então, indiscutivelmente, o principal e mais importante dos meios de produção, a classe que possuía sobre ele o domínio absoluto estava habilitada a sobrepor às demais classes o seu poderio, por todos os meios de coação econômica e, notadamente, de coação extra-econômica.

Portanto,

Nada há de accidental, por conseguinte, no fato de se iniciarem as atividades econômicas em nossa terra, sob o signo da grande propriedade, da grande lavoura. A intenção da Metrópole era realizar o que efetivamente foi cumprido: por nas mãos da fidalguia o monopólio de grandes tratos de terreno, enfeudá-los segundo as suas mais puras tradições jurídicas e, ao lado disso, associar na empresa os “homens grossos”, os mais diletos filhos da classe burguesa enriquecida na mercancia. (Idem, p.63).

Como podemos observar houve uma intencionalidade política de conservar nas mãos da fidalguia o poder político sobre a terra e os indivíduos, da mesma forma que combinadamente a burguesia mercantil se apoderou das relações econômicas ao se estabelecer como classe privilegiada no trato comercial, ou seja, na negociação da produção. Assim formou-se o latifúndio brasileiro, aos moldes do sistema feudal europeu a terra estava concentrada nas mãos de pouquíssimos senhores da confiança Real.

Aquela estrutura arcaica não competiu e nem mesmo prejudicou o curso do desenvolvimento capitalista na Europa Ocidental, pelo contrário, muitas vezes impulsionou um maior avanço do comércio ao colocar no mercado europeu produtos a um custo extremamente baixo. Custos baixos praticados, sobretudo à custa da escravidão do índio num primeiro momento, e em seguida do africano. Além disso, como a produção da monocultura era feita em larga escala, era possível negociar a preços baixos.

Contudo, essa combinação que permitiu a consolidação de uma estrutura semi-feudal em nosso modelo fundiário, nos deixou como herança o atraso das relações produtivas principalmente no meio rural. A concentração da propriedade da terra é uma realidade que já perdura há séculos, nossa agricultura em parte se modernizou com grandes empresas que

atuam no campo (o recente agronegócio), grande parcela daquele latifúndio permanece improdutivo e nas mãos de poucas famílias que as mantêm pelo direito sacro-divino da herança burguesa. De nosso passado nos faz presente também as relações de trabalho caducas, onde não é raro encontrar pessoas trabalhando em fazendas sob regime de escravidão. Os conflitos das classes sociais no campo tem tomado a cena do nosso cotidiano, o autoritarismo e o patriarcalismo são produtos frescos de nosso passado colonial. Enfim, estudar a fundo o latifúndio brasileiro, os conflitos que dele partem e as relações arcaicas de produção de nosso campesinato podem nos fornecer elementos de compreensão da lamentável realidade que temos atualmente.

6 – REFERÊNCIAS

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. Apologia da história. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **O regime econômico colonial: feudalismo ou capitalismo? & A sesmaria.** In: STEDILE, João Pedro. (org.) A questão agrária no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, Karl. O Capital. Livro Primeiro: o processo de produção do capital. Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. 5ª Edição.

STEDILE, João Pedro. (org.) A questão agrária no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

WOOD, Ellen M. **As origens agrárias do capitalismo.** In: Revista Crítica Marxista, Nº 10. São Paulo: Boitempo, 2000.